

FEMINISMOS E JUVENTUDES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE PRÁTICAS E SENTIDOS DO POTENCIAL POLÍTICO DA JUVENTUDE¹

Camila Soares da Silveira²
Lara Brum de Calais³

RESUMO:

O presente trabalho relata uma experiência de prática da psicologia comunitária realizada na Praça Céu, no município de Juiz de Fora, Minas Gerais. Nesse contexto, realizou-se um grupo com jovens meninas moradoras da zona periférica da cidade, participantes de oficinas de dança, teatro e futsal proporcionadas pela Praça. O grupo percorreu sobre temas como o afeto, os direitos humanos e o feminismo, por meio de rodas de conversa, discussões críticas, dinâmicas e outras atividades. O objetivo deste estudo, a partir do relato de experiência mencionado, foi realizar a análise e a ilustração da potência do feminismo, enquanto movimento social presente na sociedade, em gerar subjetividade e novos modos de existência para a juventude, fomentando uma discussão a respeito do potencial crítico e político da mesma, e focando em contextos periféricos. Adotou-se, como estratégia metodológica, o relato de experiência a partir da abordagem e perspectiva feminista, tendo como ferramenta o diário de campo. No decorrer dos encontros, pode-se perceber que as jovens, ao serem direcionadas ao protagonismo, tornaram-se agentes de sua própria emancipação.

Palavras-chave: Feminismos. Juventude. Subjetividade. Periferia.

FEMINISM AND YOUTH: AN EXPERIENCE REPORT ON PRACTICES AND MEANINGS OF THE POLITICAL POTENTIAL OF YOUTH

ABSTRACT:

The present study accounts on the practice of community psychology that took place at the Praça Céu, located in the town Juiz de Fora, state of Minas Gerais, Brazil. In this context, it was brought together a group of young girls that reside in the suburb area of the town, members of dance, theater and futsal workshops provided by the Praça. The group talked over themes regarding affection, human rights and feminism, through dialogue circles, debates (critical discussions), dynamics and other activities. The aim of this study, having the starting point as the report of the experience mentioned, is an analysis and illustration of the potency of feminism, as a social movement present in society, of generating subjective and new modes of existence for the youth, promoting a discussion about the critical and political potency of the same, and focusing in the suburb's context. As a strategy, it was adopted a feminist approach

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF) na Linha de Pesquisa Psicologia e Relações Sociais, Comunitárias e Políticas. Recebido em 28/05/19 e aprovado, após reformulações, em 28/06/19.

² Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF). E-mail: camilasoares115@hotmail.com

³ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e docente do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF). E-mail: laracalais@hotmail.com

and perspective, and a field diary. Over the meetings, it was possible to notice that the young girls, when guided towards protagonism, have become their own emancipatory agents.

Key-words: Feminisms. Youth. Subjectivity. Outskirts.

1 INTRODUÇÃO

O movimento feminista trouxe uma série de mudanças para as jovens do mundo contemporâneo. Hoje, nota-se maior autonomia por parte da juventude em suas relações no mundo público e no mercado de trabalho. Demonstram, também, as relações de gênero menos hierarquizadas, se comparadas a outras décadas. Essa juventude pós-feminista, definitivamente, possui olhares mais libertários para com seu corpo, gênero e orientação sexual (RAGO, 2004). Pode-se dizer que o feminismo, seus ideais e o seu discurso, mesmo que fragmentado, já se vê incorporado em muitas dimensões, produzindo efeitos diretamente na subjetividade individual e coletiva, perceptíveis no dia a dia.

Dessa forma, o presente artigo teve por objetivo compreender como o feminismo pode atravessar a juventude feminina nos processos de construção de subjetividade. Para tanto, sua especificidade gira em torno da compreensão do campo da juventude no contexto sócio-histórico, entrelaçada ao feminismo como movimento social e discussão política presente na sociedade, realizando um recorte de jovens meninas que vivem em situação de periferia.

Como argumenta a historiadora Margareth Rago (2004), o feminismo, enquanto teoria e prática, possui uma função política, de potencial crítico e social, ao lutar por um mundo mais livre e humanizado. Contemporaneamente, observa-se uma nova configuração do feminismo enquanto movimento, com o uso acelerado das redes sociais e dos meios de comunicação, aos quais facilitam o contato e a formulação de coletivos com diversificadas pautas (FRASER, 2007; RAGO, 2004).

A juventude encontra-se como protagonista do movimento feminista, situando-se de forma crítica e política em diferentes espaços nas áreas públicas. Neste contexto e, por meio de articulações de arte e cultura, as/os jovens se manifestam artisticamente e constroem parcerias de luta com a finalidade de superação das discriminações de gênero (COSTA; RIBEIRO; SANTIAGO, 2012). No contexto de

periferia – conceito que será abordado no desenvolvimento do artigo – são os coletivos artísticos periféricos que, por serem criados em espaços que produzem a sociabilidade, encontro e articulação de jovens, possibilitam a gênese do feminismo periférico (MEDEIROS; GOHN, 2015).

O feminismo periférico destaca os novos modos de subjetivação das jovens em seu cotidiano, por meio das redes de sociabilidade proporcionadas pelo feminismo na periferia. Neste ponto, será apresentado um relato de experiência de estágio em psicologia comunitária com jovens meninas, em contexto de periferia, com o intuito de análise e ilustração de como o feminismo constrói a subjetividade na juventude.

A prática se desenvolveu na Praça Céu (Centro de Artes e Esportes Unificados) em Juiz de Fora (MG), situada na Zona Norte da cidade. Teve duração de dois semestres, com encontros semanais, formando um grupo com jovens meninas, que frequentavam as oficinas de dança, futsal e teatro na Praça. O grupo realizou dinâmicas, rodas de conversa e discussões críticas, com o intuito de promover autonomia e conscientização, assim como o protagonismo, tendo o feminismo como tema transversal.

No momento inicial do artigo, será abordada a construção do feminismo como movimento social, focando em seu percurso no Brasil e delimitando as influências externas e divisões em ondas, que hoje se apresentam de forma simultânea nos movimentos. Buscando os atravessamentos de classe, território e geração, será abordado o conceito de juventude e sua expressão política. Posteriormente, a construção territorial da periferia será discutida, para, então, situar o feminismo periférico.

Tendo como método o relato de experiência, será articulada a prática com a teoria, analisando os conceitos expostos e como estes foram observados nas experiências vivenciadas no campo de atuação. Para tanto, foi necessária uma compreensão do processo de construção de se entender como feminista, de como o movimento está presente no dia a dia e a certeza de que a luta nunca termina.

2 SOBRE FEMINISMOS

Inicialmente, os feminismos que serão discutidos a frente representam um projeto político de transformação da sociedade, ao compreender que toda e qualquer

CADERNOS DE PSICOLOGIA – CESJF - jun.2019 v.1 n.1 p.384-408

ação de um sujeito, ao estar implicada à realidade, é política (KOLLER; NARVAZ, 2006). O movimento feminista surge como um propagador de transformações sociais, de potencial crítico, ao buscar um mundo mais livre e humanizado e possuir uma trajetória de luta pública e política pelos direitos das mulheres (RAGO, 2004).

Rago (2004) propõe que o movimento feminista possibilita novas formas de existências para as mulheres. Estas, a partir dos mecanismos de identificação com esse discurso, vêm criando seus próprios padrões, tanto corporais, quanto de existir e agir perante o mundo em sua organização atual. O feminismo, porém, enquanto movimento, não se dá de forma homogênea, pois demonstra complexidades em lidar com a pluralidade que envolve toda a diversidade do feminino e de ser mulher, enredada por diferentes marcadores, seja de raça, etnia, classe, gênero, orientação sexual, território e geração, entre outros possíveis (RIBEIRO, 2006).

Torna-se necessária, portanto, uma breve abordagem do movimento feminista ao longo do tempo e seu estudo a partir de um olhar crítico para, principalmente, as três ondas (fases ou gerações) que dividem didaticamente o movimento. Certas autoras contemporâneas já discutem a possibilidade de existência de uma quarta onda ou o pós-feminismo (RAGO, 2004; FRASER, 2007). Essa divisão em ondas, fases ou gerações representa contextos históricos diferentes, com pautas e questões específicas levantadas por diferentes grupos. Contemporaneamente, as ondas agrupam as feministas de acordo com sua proximidade de ideais difundidos, coexistindo elementos das três, simultaneamente (KOLLER; NARVAZ, 2006).

Antes de o movimento ser dividido em ondas, no início do século XX, o feminismo já se mostrava presente na sociedade brasileira. Era composto pelas feministas liberais e as feministas anarquistas, ambas com os ideais de valorização da educação e conscientização das mulheres ao buscar caminhos de superação da desigualdade entre os sexos. As feministas denominadas como liberais apontavam que seriam as mulheres de classes mais elevadas, com acesso à cultura e à política, que trariam as transformações morais e dos valores da sociedade. Em relação às mulheres de classes mais baixas, as liberais possuíam o pensamento de que a situação econômica dessas em específico, predestinava sua “ignorância”. Questionavam, portanto, o lugar imposto para a mulher pela sociedade, mas faziam isso a partir e para o lugar das elites (RAGO, 1995/1996).

As feministas anarquistas, apesar de possuírem pensamentos aproximados aos daquelas ditas liberais, ao darem valor à educação feminina e enxergar as mulheres como o principal meio de se chegar a uma realidade mais igualitária entre os sexos, possuíam um foco de luta diferenciado. Negavam relações diretas com instituições burguesas e discutiam sobre as principais condições de trabalho da classe proletária, seja de salários que não condiziam com a realidade do serviço ou mesmo a não existência de políticas de assistência para as mulheres trabalhadoras. Voltavam-se, então, para uma parcela de mulheres excluídas pelo movimento das feministas liberais (RAGO, 1995/1996).

Com o passar do tempo, surge a primeira onda, fase ou geração do movimento feminista com reivindicações associadas aos direitos civis, políticos e educativos que, anteriormente, se designavam apenas aos homens. Direitos esses que giram em torno da participação política e pública e, também, o direito ao sufrágio. As feministas de primeira onda que reivindicaram o direito ao voto, eram chamadas de *suffragettes* e foi também nesse momento que se inseriu a luta das mulheres contra o patriarcado. Este é considerado um sistema opressor à condição da mulher na sociedade, ao manter os homens sempre em posições hierárquicas de dominação em relação às mesmas (KOLLER; NARVAZ, 2006).

De acordo com a historiadora Margareth Rago (1995/1996), além das lutas de direito ao voto e à educação, as feministas brasileiras possuíam o desejo de reconstrução de uma sociedade moderna, com novos ideais de feminilidade e masculinidade. Contudo, questiona-se até que ponto as feministas estariam preocupadas com a reconstrução de uma sociedade igualitária para todas, incluindo mulheres de outras classes, visto que nessa época o movimento fluía primariamente em um espectro da sociedade elitista.

Nas décadas de 1950 e 1960, surgiu a segunda onda a partir da influência de países como a França e os Estados Unidos. Nesse momento, destacam-se duas grandes teorias: o “feminismo da igualdade” e o “feminismo da diferença”. A primeira cria-se a partir das feministas americanas, pois acreditavam na igualdade entre as mulheres e os homens e buscavam dar visibilidade às queixas das opressões sofridas pelas mulheres no dia a dia. Já as feministas francesas, em sua tese da diferença, prezavam as diferenças entre as mulheres e os homens. Tinham por objetivo a busca da valorização da experiência feminina que em muitos dos casos tornavam-se

invisibilizadas. A partir das divergências entre os discursos de igualdade e diferença, a segunda onda do feminismo introduziu os conceitos de equidade e paridade dentro do movimento articulado (KOLLER; NARVAZ, 2006).

Conjuntamente às influências de países europeus e dos Estados Unidos no movimento feminista, a segunda onda se fortaleceu no Brasil por volta de 1970, como uma resposta de resistência à ditadura militar, proveniente do golpe de 1964 instaurado no país (SARTI, 2004). Em meio a esse contexto formam-se diversos coletivos de caráter feminista, gerando visibilidade à questão da mulher e fortificando o movimento na esfera pública. O feminismo se constitui, no Brasil e nos demais países latino-americanos, a partir das oposições aos regimes autoritários vigentes, à luta contra o patriarcado e à hegemonia masculina (MATOS, 2010).

Especificamente no Brasil, Rago (1995/1996) aponta que a revolução cultural das décadas de 1960 e 1970 nasceu como protesto contra a ditadura militar e, com o tempo, ampliou-se para uma crítica à sociedade burguesa no geral, voltada aos padrões estéticos impostos e ao estilo de vida consumista. Esse movimento atrelou-se principalmente às correntes de pensamento que proporcionavam críticas à modernidade. Posteriormente, a entrada das mulheres no mercado de trabalho culminou em novos protestos de direito à cidadania e à denúncia de outras formas de dominação no sistema patriarcal, resultando em transformações do modelo de família nuclear (RAGO, 1995/1996).

Proveniente da efervescência cultural citada por Ponge (2009), novos comportamentos afetivos e sexuais tornaram-se possíveis às mulheres a partir do advento de pílulas anticoncepcionais e psicoterapias, além de modos alternativos de se viver em sociedade, como a cultura hippie. Por fim, a declaração do Ano Internacional da Mulher, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975, reforçou a visibilidade e discussão do movimento social feminista no contexto mundial (SARTI, 2004).

Ainda na visão de Sarti (2004), é nesse momento que o feminismo brasileiro iniciou uma articulação com as organizações de bairro e as comunidades, promovendo a discussão entre classes menos elevadas e com intersecções de outros marcadores sociais. Em 1970, o feminismo dividiu-se, portanto, em duas diferentes vias: a primeira se concentrava na organização pública e política das mulheres e, assim, atentava-se principalmente na criação das políticas públicas do Brasil. Já a

CADERNOS DE PSICOLOGIA – CESJF - jun.2019 v.1 n.1 p.384-408

outra corrente teve como pressuposto os estudos das subjetividades e das relações interpessoais (SARTI, 2004).

Retomando o cenário feminista mundial, no decorrer da década de 1980, a crítica pós-modernista se inseriu no campo da ciência e “introduz[iu] o paradigma da incerteza no campo do conhecimento” (KOLLER; NARVAZ, 2006). Em resumo, a pós-modernidade refutou os principais pressupostos da modernidade e se estabeleceu nas ciências sociais trazendo características de subjetividade, relativismo, fragmentação e pluralidade. Gerou-se um declínio da filosofia metafísica ao romper com as metanarrativas (narrativas com sentido de totalidade e universalidade da experiência humana) e a objetividade da verdade (NOGUEIRA, 2001).

Nesse contexto, o feminismo de 1980 se aproximou da crítica pós-moderna ao refutar as correntes de pensamento hegemônicas masculinas ocidentais, desconstruindo suas metanarrativas e, assim, dando um novo significado à cultura e experiência feminina. O movimento pós-moderno proporcionou, então, a criação de uma nova epistemologia feminista, preocupando-se com práticas, conceitos e problematizações vinculadas à linguagem e à história feminina (RAGO, 1995/1996).

Nota-se um nível de complexidade na relação do movimento feminista com os pressupostos pós-modernos mencionados. O feminismo passou a utilizar de características pós-modernistas de desconstrução de verdades absolutas ao questionar e repensar, principalmente, as relações de gênero e a contestar o patriarcado, o capitalismo e o humanismo. Ao mesmo tempo, entretanto, em que desconstruiu esses pressupostos, não abandonou as suas metanarrativas. Os coletivos feministas mantiveram a questão do sistema patriarcal e da opressão de mulheres como o problema central que perpassou todas as verdades instituídas (HUTCHEON, 2002).

Em síntese, o movimento pós-moderno introduziu questionamentos e redirecionou o trajeto do movimento feminista, ao questionar os sistemas dominantes vigentes, mas não o constituiu por completo, a partir do momento em que o próprio movimento pós-modernista se limitou com a refutação de metanarrativas. Pode-se dizer que o feminismo foi além, ao assumir caráter político e lutar por mudanças reais da sociedade, sem prender-se apenas à função de desconstruir verdades (HUTCHEON, 2002).

É a partir dessa crítica pós-moderna e do pensamento pós-estruturalista que as feministas francesas deram continuidade ao denominado feminismo da diferença e ao estudo das subjetividades, fenômeno que desencadeou a terceira onda, fase, ou geração do movimento feminista. Discute-se, aqui, sobre a análise das relações de gênero e as diferentes formações e organizações das subjetividades de mulheres e homens (KOLLER; NARVAZ, 2006).

A terceira onda, ao introduzir as relações de gênero, critica e reformula diversos conceitos-chave para análise e compreensão do mesmo: o patriarcado, o próprio conceito de gênero, o feminismo identitário e as formas de produção de conhecimento e da ciência. Traz, portanto, a cisão entre os conceitos de sexo e gênero: inicialmente, sexo como biológico e gênero como conceito político, construído socialmente. Enquanto isso, as universidades, ao abrirem espaços de estudos sobre gênero, feminismo e mulheres, iniciam um processo de articulação com os próprios movimentos (KOLLER; NARVAZ, 2006).

O feminismo do Brasil de 1980 possuía impacto político e social, a partir da modernização da sociedade que abria outros espaços de fala e de saberes. Desta forma, as feministas embarcavam nos estudos das relações de gênero e apostavam na articulação com associações de caráter profissional, como partidos e sindicatos (SARTI, 2004). Tem-se a terceira onda do feminismo no Brasil, e com esta, discussões a respeito das diversas formas do ser mulher e de novos modos de organização coletiva, com ações como aponta Matos (2010):

1) tentativas de reformas nas instituições consideradas democráticas (com a criação dos Conselhos da Condição Feminina, das Delegacias de Atendimento Especializado às Mulheres, por exemplo); 2) tentativas de reforma do Estado (com a forte participação das mulheres organizadas no processo da Assembleia Constituinte de 1988, por exemplo); 3) busca de uma reconfiguração do espaço público, por meio da forte participação de “novas” articulações dos movimentos de mulheres (mulheres negras, lésbicas, indígenas, rurais etc.); 4) uma posterior especialização e profissionalização do movimento. Este terceiro momento marca o início de uma aproximação cautelosamente construída junto ao Estado (MATOS, 2010, p. 68).

A partir do retratado acima e das buscas de novos espaços de atuação pelos coletivos, Matos (2010) afirma que a terceira onda do movimento feminista no Brasil, assim como no mundo, evidencia os conceitos de interseccionalidade,

transversalidade e transdisciplinaridade entre os marcadores de raça, etnia, classe, gênero, diversidade sexual, território e geração, particularmente.

A interseccionalidade, conceito marcado pelo feminismo negro⁴, possui caráter transdisciplinar. Reconhece a multiplicidade dos sistemas de identidades e desigualdades sociais, problematiza a responsabilidade e a interação na produção e reprodução de tais desigualdades e mostra como os marcadores sociais podem operar de maneira simultânea, conjunta e não hierarquizada (BILGE, 2009 apud CRENSHAW, 2004; HIRATA, 2014).

Sarti (2004) complementa que simultâneo ao crescimento do movimento feminista no Brasil, o mesmo se pulverizava. Ganharam forças os coletivos voltados para a profissionalização e a especialização das mulheres, adquirindo a forma, muitas vezes, de organizações não-governamentais (ONGs). Desse modo, o movimento brasileiro alterou o foco para questões vinculadas aos interesses de agências financiadoras, como no caso do debate da saúde da mulher (campo dos direitos e tecnologias reprodutivas) (SARTI, 2004).

O feminismo brasileiro chega a um impasse. Por um lado, “a difícil articulação entre a luta política contra a opressão social e histórica da mulher e a dimensão da subjetividade intrínseca ao teor libertário feminista” (SARTI, 2004), por outro, a compreensão da não existência de um feminismo geral, que diz respeito a todas as mulheres, e sim, a de um feminismo voltado para mulheres inseridas em inúmeros contextos, o que constitui diversificadas configurações de identificação com o feminino (SARTI, 2004).

Contemporaneamente, existem discussões a respeito de uma quarta onda do movimento feminista, momento fortemente relacionado ao uso e articulação de ideais feministas em redes sociais. Para a compreensão do mesmo, cabe aqui mencionar as breves transformações de mundo que o movimento pós-modernista trouxe para a realidade. Nicolaci-da-Costa (2004) atribui à era pós-moderna as seguintes feições:

[...] a globalização, as comunicações eletrônicas, a mobilidade, a flexibilidade, a fluidez, a relativização, os pequenos relatos, a fragmentação, as rupturas de fronteiras e barreiras, as fusões, o curto prazo, o imediatismo, a

⁴ De forma sintética, o feminismo negro vai além da discussão de gênero, trazendo os marcadores de raça e etnia como centrais ao seu discurso, em oposição ao racismo e à discriminação (RIBEIRO, 2006).

descentralização e extraterritorialidade do poder, a imprevisibilidade e o consumo (NICOLACI-DA-COSTA, 2004, p. 83).

Inserida nessa nova forma de mundo e de viver em sociedade, a globalização possibilita especificamente ao movimento feminista ferramentas que facilitam articulações e estratégias para ações coletivas, a partir do advento da tecnologia para os meios de comunicação. Nesse jogo, surgem novas formas de ativismo, ao mesmo tempo em que as redes de interações se mostram mais complexas, com o crescimento de coletivos reunidos a partir da criação de linguagens, códigos, símbolos e valores próprios (COSTA; RIBEIRO; SANTIAGO, 2012).

A filósofa Nancy Fraser (2007) corresponde o feminismo atual ao “feminismo dos 99%”, no qual o movimento não possui lideranças, é feito por todas e para todas. Paralelamente a teoria de Fraser (2007), tem-se o chamado pós-feminismo (RAGO, 2004), no qual, a partir de certa parcela de conquistas adquiridas do movimento feminista, há uma nova configuração de relações e interesses dentro do próprio movimento.

Rago (2004) trata o pós-feminismo não como o fim do mesmo e, sim, como a continuidade de um trajeto sócio-histórico de desconstrução do sexismo e de outras opressões. A autora argumenta sobre o novo feminismo como um momento de análise de suas ações, sejam práticas ou teóricas, da transformação da imagem do próprio movimento. É de extrema relevância, entretanto, ressaltar ainda que não se pode acreditar ou tomar como dada a garantia de todos os direitos e conquistas geradas pelo movimento ao longo do tempo (RAGO, 1995/1996). As mulheres devem permanecer em luta, imprescindivelmente, em vista do machismo e do conservadorismo que ora reaparecem em movimentos fortalecidos.

Dessa forma, pautando-se na dimensão apresentada da pluralidade dos feminismos existentes, com o foco na história do movimento feminista no Brasil, serão apresentadas, na próxima seção, as conceituações de juventude e de periferia, com o intuito de realizar um recorte do movimento social feminista para dentro da dimensão de território, ou seja, o feminismo periférico. Posteriormente, será dado um enfoque direto à juventude feminina e o acarretamento de sua subjetividade a partir do feminismo.

3 FEMINISMO(S) E ATRAVESSAMENTOS DE CLASSE, TERRITÓRIO E GERAÇÃO

Para Zanetti (2011), a juventude e suas principais atribuições são consideradas discussões recentes no Brasil. No entanto, é a partir dos movimentos de viabilização de debates e discussões sobre as/os jovens que as/os mesmas/os adquirem novos espaços nas áreas públicas e, assim, exercem diferentes formas de participação social e de cidadania.

Ainda na visão de Zanetti (2011), esse contexto de valorização da juventude e de seus interesses propicia um reconhecimento de seus direitos e identidades tanto na sociedade, quanto dentro de movimentos sociais. Cabe ressaltar a existência de uma pluralidade que envolve a juventude e sua forma de vivenciá-la, tornando-se uma experiência completamente divergente para jovens inseridas/os em distintos contextos. Essa discrepância mencionada afeta diretamente na inserção social da juventude em meio à população (ZANETTI, 2011).

O conceito de juventude possui origem das ciências sociais, trata da socialização e os processos históricos sociais do sujeito, além de considerar as contingências históricas, culturais e políticas que envolvem a juventude enquanto campo de intervenção (GROPPO, 2000 apud OLIVEIRA; TRANCOSO, 2014). Representa uma ideia fluida, ao se constituir como conceito-processo, ou seja, está sempre em transformação, tendo como uma de suas características o inacabado (OLIVEIRA; TRANCOSO, 2014).

Na psicologia tradicional, a problemática da juventude é dividida em fases etárias, possui visão limitada dos processos sociais, prevalecendo a visão naturalizante e não histórica desses mesmos processos. A partir do século XX, a psicologia introduz novos paradigmas ao seu referencial teórico, como o materialismo histórico e dialético, a cultura e os demais fatores sociais. Institui-se uma nova visão sobre o humano, pautado na sociedade e nas relações sociais, construindo e modificando a história, ou seja, o ser humano que gera transformação e é construído em um processo dialético com o mundo (OLIVEIRA; TRANCOSO, 2014).

Ao longo dos anos, criaram-se novas manifestações culturais por parte da juventude, denominadas subculturas. Nesse meio, são explorados e debatidos temas como religião, política, sexo/sexualidade e protagonismo juvenil, entre outros. Nesse contexto, observa-se, no Brasil, a participação de jovens meninas em movimentos como o *hip hop* e o *slam* periférico. Sinteticamente, de acordo com a autora Lourenço (2010): “O termo *hip hop* designa um conjunto cultural amplo que inclui música (*rap*), pintura (grafite) e dança (*break*)”, já o termo *slam* periférico, refere-se a um movimento de poesia falada no qual envolve expressão poética, entretenimento e um espaço para discussão de questões da atualidade (D’ALVA, 2014). Estes movimentos culturais possuem como proposta a superação das discriminações de gênero dentro de articulações de arte e cultura (COSTA; RIBEIRO; SANTIAGO, 2012).

Pautando na ideia das juventudes, torna-se necessário um recorte para as/os jovens que se encontram em contextos de vulnerabilidade social; fator este que se relaciona, muitas vezes, com a condição de violência e a de periferia. A situação de vulnerabilidade marca a condição contingencial dos sujeitos, forjando processos de exclusão e de desigualdade. Dessa forma, a juventude em contexto de vulnerabilidade social é impactada por prejuízos imediatos nas possibilidades de acesso ao trabalho, educação, saúde, assistência, lazer e cultura, precarizando vínculos nas relações com a sociedade (ABRAMOVAY et al., 2002).

Contemporaneamente há uma tendência demográfica que demonstra um grande contingente de jovens em situação de pobreza e vulnerabilidade social na América Latina. Este dado revela significativos desafios no que se refere à inserção e participação das juventudes na sociedade cultural, política, educacional e no mercado de trabalho (ABRAMOVAY et al., 2002).

Compreende-se, portanto, a juventude como plural e polissêmica ao englobar diversas formas de vivência, inserção na sociedade e cultura. A juventude marcada pela desigualdade social aparece como uma juventude que não detém dos privilégios gerados pelas relações de poder, porém, reflete forte potência de ação. Para a melhor compreensão sobre esta juventude em específico, marcada pela vulnerabilidade, a discussão será desenvolvida com um recorte para a dimensão de território: a periferia.

O termo periferia começou a ser utilizado de forma enfatizada a partir da década de 1990. O significado do termo, de acordo com o autor D’Andrea (2013), vai de encontro a um espaço geográfico e um processo social. Este deixa de ser apenas um

CADERNOS DE PSICOLOGIA – CESJF - jun.2019 v.1 n.1 p.384-408

espaço que refletia pobreza, violência e desigualdade, passando a ser concebido como um campo de potencialidades da população e do próprio espaço. Essa potencialidade refletida no termo periferia sugere uma ampliação de possibilidades para os sujeitos inseridos nesse contexto de força de ação (D'ANDREA, 2013).

Torna-se válida a compreensão de dois caminhos distintos provindos dessa potencialidade. Por um lado, rompe com as discriminações da população relacionadas à condição de pobreza, dando maior ênfase ao poder de ação dos indivíduos situados nesse contexto, por outro lado, o sentido de potencialidade abre espaço para a criação de um mercado ideológico no qual a indústria de consumo se apropria do termo de periferia, produzindo um campo de consumo direcionado para a população em questão. Esse movimento de mercado resulta em produtos para uma determinada classe, trazendo a ideia de uma nova classe média baixa (D'ANDREA, 2013).

A abertura do mercado de consumo voltado para um grupo específico da população ocasionou certo abalo do sentido crítico produzido no conceito de periferia. O preconceito que havia sido transformado na visão de potencialidade teve retorno com a abertura da população para o consumo, gerando uma visão de “pobre-que-venceu-na-vida” (p. 10) para as outras camadas da população. Assim, a construção do conceito de periferia foi capturada também pelos meios de comunicação e entretenimento, os quais deram enfoque à produção de filmes, novelas e outras mídias que expunham, muitas vezes de forma estereotipada, a realidade vivenciada nesse espaço (D'ANDREA, 2013).

D'Andrea (2013) aponta que não houve de forma significativa a articulação do crescimento do conceito de periferia e do próprio espaço, com os movimentos sociais populares existentes e as organizações políticas. Discorre, porém, sobre um momento de reformulação das formas de resistência e de ações que contemplem toda a população inserida nesse contexto.

Todo esse processo de construção do que seria a periferia, de fato, acarretou no atravessamento da subjetividade dessa população, em como esta se insere na realidade e seus modos de existência. Cria-se um movimento de reconhecimento de si através do orgulho, em lugar do preconceito. Nas palavras do autor: “Quando o indivíduo portador dessa nova subjetividade age politicamente é denominado como sujeito periférico” (D'ANDREA, 2013, p. 14).

Através do sentimento de orgulho, os moradores da periferia passam a se enxergar e se colocar com outra atribuição no mundo, de modo afirmativo. Essa nova forma de existência gera um outro processo de subjetivação da realidade, principalmente entre a população jovem. A valorização do orgulho e da potencialidade atravessa a população de forma que diversos espaços de coletivos artísticos periféricos são criados e estabelecidos. D'Andrea (2013) discorre, ainda, sobre quatro fatores que proporcionaram o surgimento desses espaços:

A possibilidade de fazer política em um contexto de descenso dos movimentos sociais e dos partidos políticos; a luta por pacificação; a necessidade de sobrevivência material, da qual a produção artística se revelou como uma possibilidade e; a arte como emancipação humana (D'ANDREA, 2013, p. 16).

Compreende-se que os coletivos artísticos são produtos e produtores do orgulho periférico e, dessa forma, dão espaço a elementos de arte e cultura, fortalecendo o contexto da periferia como um cenário de criação ao desprender-se dos estereótipos de violência. A arte possui papel na humanidade de romper com aprisionamentos e gerar autonomia para a população e o mesmo se dá com os jovens que vivem em contexto periférico (D'ANDREA, 2013).

Fazendo um recorte para as jovens que vivem em situação de periferia, tem-se, hoje, o denominado Feminismo Periférico (MEDEIROS; GOHN, 2015), com coletivos criados pela juventude feminina em meados do ano de 2010, a partir de movimentos culturais periféricos. Esses movimentos são considerados espaços de sociabilidade, encontro e articulação das jovens em discussões responsáveis pela gênese do feminismo periférico. São espaços em que as jovens possuem liberdade para se expressarem e se identificarem com os ideais do feminismo (MEDEIROS; GOHN, 2015).

Nota-se uma semelhança em seu funcionamento com o denominado pós-feminismo; não há liderança especificada ou qualquer divisão de cargos. O movimento flui pautado na prerrogativa da liberdade. Localiza-se na quarta onda do feminismo a partir da abertura de espaço e diálogo provindos, principalmente, da entrada da juventude feminina no ensino superior e nas redes de internet (MEDEIROS; GOHN, 2015).

De acordo com Medeiros e Gohn (2015), o feminismo periférico tem como característica a ocupação tanto de equipamentos públicos como de espaços públicos, retornando à ideia de sociabilidade. Assim, esses coletivos, além de ocupar, instauram espaços, questionando a dimensão de espaço físico, alterando-se para uma rede de socialização. Há uma participação feminina crescente na periferia e, a partir da ideia de transversalismo, propagada na terceira onda do movimento feminista, pode-se compreender que a gênese do feminismo periférico está nas vivências que essas mulheres, principalmente as jovens, perpassam em seu cotidiano (MEDEIROS; GOHN, 2015).

Dessa forma, além do conjunto dos marcadores sociais de raça, etnia, gênero, diversidade sexual, classe e geração, as jovens do feminismo periférico pautam a força do marcador de território. Acarreta-se, portanto, um atravessamento direto na subjetividade e a relação que possuem com o movimento feminista. Movimento este no qual, por meio da rede de sociabilidade criada pelo feminismo periférico, é desenvolvida e reafirmada uma teia de identidades antes invisibilizadas (MEDEIROS; GOHN, 2015).

Nesse sentido, a presente pesquisa pretende abrir espaço para a problematização sobre os modos de existência e de subjetivação reinventados a partir de tais contingências, abordadas nas seções acima. A partir deste ponto, será realizado um relato de experiência com jovens meninas, em contexto de periferia, com o intuito de articulação e ilustração e análise do que fora abordado.

4 MÉTODO

Ao abordar as temáticas de feminismos, juventudes, desigualdade social, periferia, feminismo periférico, subjetividade e modos de subjetivação, também é interessante pensar e problematizar como tais discussões teóricas se dão no cotidiano de práticas que intentam uma discussão crítica de tais temáticas. Nesse sentido, será abordado no presente artigo, um relato de experiência de estágio supervisionado com jovens meninas que moram na Zona Norte da cidade de Juiz de Fora/MG. O ponto a que se pretende chegar, neste relato, é de como o pensar-se feminista produz condições de possibilidade para novos modos de subjetivação sobre ser jovem e mulher, relatando as principais reflexões a partir das experiências.

A atuação se desenvolveu a partir de um vínculo do curso de Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF) com o Centro de Artes e Esportes Unificados (Praça Céu), instituição de educação não formal, em parceria com a prefeitura municipal. A praça está situada na Zona Norte de Juiz de Fora e é aberta para toda a população, ofertando oficinas de dança, música, teatro, esportes, artesanato e ginástica, entre outras. Dessa forma, possui, como objetivo principal, a promoção de cidadania em um território marcado por vulnerabilidade social.

Quanto ao público que foi foco das ações, tratam-se de jovens de gênero feminino, entre doze a vinte e um anos de idade, moradoras de diferentes bairros na Zona Norte da cidade, área considerada periférica territorial e socialmente. Essas participam das oficinas ofertadas pela Praça, como a de dança, teatro e *futsal*, e frequentam o mesmo espaço nos fins de semana, palco de eventos artísticos e encontros da juventude.

O número médio de participantes girou em torno de dez pessoas, com algumas participantes fixas e outras que frequentavam de forma esporádica. Nesse contexto, foram realizadas atividades, dinâmicas, rodas de conversa e discussões críticas que possibilitassem a promoção de autonomia e conscientização das jovens a partir de temas como o feminismo, direitos da mulher, violações de direitos e situações de opressão e discriminação, tais como a homofobia, racismo, dentre outros tópicos levantados pelas integrantes, sempre de forma direcionada à realidade social vivenciada pelas mesmas.

A experiência em questão teve como referencial teórico e metodológico a Psicologia Sócio-comunitária, pautando uma prática participativa e coletiva das jovens meninas. Para tanto, foram adotados passos como: o reconhecimento do território da Praça e seus arredores, a observação e conversas informais com os atores sociais de referência e o público frequentador do espaço, o levantamento de demandas do grupo e a elaboração e o desenvolvimento de estratégias de ação em conjunto das jovens participantes.

A metodologia parte também da abordagem e perspectiva feminista, que se refere a um sistema para a análise das condições sociais e humanas a partir da compreensão dos atravessamentos que o sistema patriarcal e o machismo estrutural exercem sobre a sociedade (AGROSINO, 2009). Entende-se melhor a prática de uma abordagem feminista a partir da seguinte citação: “Pesquisadoras feministas buscam

CADERNOS DE PSICOLOGIA – CESJF - jun.2019 v.1 n.1 p.384-408

uma forma de etnografia que permita a empatia, a subjetividade e o diálogo, a fim de explorar melhor os mundos interiores das mulheres, até o ponto de ajudá-las a expressar (e assim superar) a sua opressão” (ANGROSINO, 2009, p. 23). E, como forma de registro das vivências promovidas pela atuação no estágio, foi realizado um diário de campo por parte dos estagiários, ao qual foram incluídas as experiências no território e as sugestões e discussões críticas realizadas nas supervisões da prática.

Em relação ao grupo, desenvolveu-se um processo próprio. De acordo com Lane (1984), a partir dos agrupamentos dos indivíduos, tornam-se possíveis ações com capacidade de transformação da sociedade. Ações estas, possíveis apenas a partir da identidade grupal, na qual os indivíduos se veem como membros da sociedade, no processo de desalienação. O grupo surge assim, possibilitando e potencializando a identidade social dos indivíduos. Portanto, o processo grupal possui a tarefa de reproduzir ou modificar as relações sociais presentes na sociedade, podendo assim, reproduzir ou não uma ideologia dominante (LANE, 1984).

As demandas e os temas levantados foram discutidos coletivamente, a fim de que o grupo se tornasse protagonista de todo o processo. Nesse contexto, deu-se o grupo das jovens participantes da Praça, pautando o protagonismo na condução do processo, levantando questões, hipóteses, demandas e criando uma rede de relações ao interagir com jovens de diferentes idades e opiniões. O grupo objetivou, portanto, a promoção de autonomia de cada jovem participante, a partir de construções de parcerias de resistência e afeto.

5 ESTRELAS EM AÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

O início das atividades teve como objetivo conhecer e compreender a realidade e o contexto em que as jovens meninas estão inseridas, envolvendo o cotidiano, os interesses pessoais, o território em que transitam e suas relações sociais. A partir disso, deu-se o levantamento de temas que seriam de mútuo interesse para serem trabalhados por meio de diversas metodologias, como rodas de conversa e discussões críticas, dinâmicas, jogos, exibição de vídeos e debates, entre outros.

Vale ressaltar que cada jovem possui uma construção e história única de vida, reunindo diferentes sonhos, anseios, potencialidades e desejos em um só grupo. Este se caracterizou, primordialmente, pelo afeto e pelas redes de fortalecimento e

cumplicidade que as participantes foram construindo entre o grupo durante todo o processo. Castro (2011) discorre sobre o potencial da subjetividade em gerar transformação. Para a autora, quando o sujeito se dispõe a agir e falar, por meio da conquista de sua própria autonomia, é que a ordem social pode sofrer uma alteração.

A Praça aparece, portanto como um espaço de sociabilidade e de potência para movimentos artísticos e feminismos periféricos, ao promover encontros e eventos de arte e cultura. Nesse sentido, o território da Praça corrobora a visão dos autores D'Andrea (2013) e Medeiros e Gohn (2015) ao trazer o espaço da periferia como promotor de potencialidades por meio da arte, cultura e do feminismo que surge e se fortalece nesses espaços.

Em muitos encontros, distintas temáticas foram discutidas com a finalidade de promover problematização e conscientização a respeito de questões sociais para, a partir dessas discussões, apontar as diversas formas de exclusão que são, diariamente, naturalizadas pelas estruturas de poder. Nesse aspecto, Martin-Baró (1996, p. 17) aponta que:

A conscientização não consiste, portanto, em uma simples mudança de opinião sobre a realidade, em uma mudança da subjetividade individual que deixe intacta a situação objetiva; a conscientização supõe uma mudança das pessoas no processo de mudar sua relação com o meio ambiente e, sobretudo, com os demais.

A naturalização de distintas formas de violência, como a violação de direitos da mulher, a homofobia, a transfobia, o racismo e o machismo, foi trazida à discussão. Em algumas ocasiões, foi possível notar no grupo a reprodução de discursos que regulam algumas lógicas de opressão. Como exemplo, dentre as falas das participantes a respeito de suas relações homoafetivas, houve um relato em específico no qual essa apontava concordar com a ideia de que as pessoas LGBTQs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros) não deveriam demonstrar seus afetos perto de outras pessoas e, principalmente, perto de crianças.

Tal posicionamento, vindo de um grupo de jovens meninas de orientação bissexual e lésbica, reforça o modo como o pensamento social a respeito de uma moralidade heteronormativa sobre a sexualidade perpetra e reproduz o discurso da homoafetividade como uma prática imoral e incorreta. Além disso, Castro (2011) discorre sobre a situação do silenciamento da juventude, no qual as/os jovens

possuem dificuldades de enxergar as opressões que as/os atingem, ao terem a sua fala sempre traduzida por outros. O movimento de silenciamento das/os jovens parte da premissa de que a juventude tem sido objeto de discurso do outro e, assim, se subjetivam como silenciados, presos na estrutura de dominação (CASTRO, 2011).

Dessa forma, o grupo deu início à construção de atividades que proporcionassem discussões críticas e trocas de saberes sobre as temáticas levantadas, em conjunto de uma explicação mais aprofundada sobre tais temas. Para pautar o assunto da orientação sexual, que se mostrava confuso para as jovens, foi realizada uma dinâmica na qual solicitou-se que criassem um/a personagem em uma folha de cartolina. Simultaneamente ao desenho e colagem da personagem, que a princípio não havia gênero ou sexo biológico definido, discutiu-se o significado de tais termos. Questionamentos como: o que é identificação/identidade de gênero? O que significa o sexo biológico? O que é orientação sexual ou do desejo? foram levantados. A partir da conceituação de cada noção mencionada, iniciou-se uma discussão entre as próprias jovens, com exemplos de pessoas de seus cotidianos e sobre elas mesmas.

Ao final da atividade, as jovens demonstraram um maior entendimento e valorização de suas próprias identidades, seja de gênero ou afetiva. A partir da potência do encontro, levantou-se ideias sobre reproduzir a atividade em outros contextos, como em suas escolas, para disseminar a informação e aproximar a discussão de outras pessoas. A fala das jovens, enquanto sujeitos com posicionamento político, promove deslocamentos ao denunciar situações de opressão e, assim, dizer sobre situações de injustiça que as mesmas experienciam. Assim, articulam linguagens que evidenciam a busca por justiça e igualdade (CASTRO, 2011).

As discussões se estenderam para as diversas formas de relacionamentos e práticas/saúde sexual. Acerca dessa temática, foi criado um jogo de verdade e consequência no qual as perguntas se retratavam diretamente ao tema proposto. Ao escolher a opção “verdade”, as jovens eram provocadas a refletir sobre namoro, identificação de relacionamento abusivo, proteção na prática sexual, conhecimento sobre ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) e métodos anticoncepcionais, entre outros.

No decorrer do jogo, as jovens apontaram o desconhecimento de proteção eficaz para a prática sexual homoafetiva, questionaram a existência e o acesso a métodos contraceptivos para além da pílula e a camisinha, e discutiram sobre reciprocidade de afeto dentro das relações amorosas. A partir das respostas e do levantamento das discussões, foram apresentadas informações para as jovens sobre cada assunto.

A temática de relacionamentos perdurou e continuou a aparecer em diferentes encontros, dando origem à discussão sobre as diversas formas de machismo e violência dentro de uma relação afetiva. Ao decorrer da exposição de conceitos como *mansplaining* e as variadas formas de violência (patrimonial, sexual, física, moral e psicológica), as jovens, entre si, começaram a debater e identificar comportamentos abusivos em suas relações e em relações de pessoas próximas e, assim, se posicionaram no sentido de questionar tais lógicas de manutenção cotidiana do machismo no discurso da sociedade.

De acordo com o pensamento de Castro (2011), por meio das discussões e do reconhecimento dos direitos e da cidadania, é possibilitado à juventude articular projetos e questões com a finalidade de contestar e reivindicar, deslocando-se da arena privada para o espaço público. Desse modo, trabalham no sentido de levar a discussão e os questionamentos para fora do grupo. Outro tema relevante foi a discussão sobre política e a atuação de mulheres nessa arena. De início, as jovens não demonstraram um posicionamento crítico sobre o assunto. Dessa forma, foram trabalhados vídeos, materiais expositivos, jogos e dados numéricos para discutir sobre a atuação política, considerando o cenário eleitoral que se encontrava premente no momento da ação. Ao longo das discussões, as jovens desenvolveram maior interesse pelo tema, apontando situações cotidianas que relatavam a força de suas existências, também como possibilidades de entendimento da política. Foram criadas pelas mesmas letras de poesias questionadoras sobre as diferentes formas de desigualdade presentes na sociedade, exprimindo uma ação política por parte das mesmas.

O feminismo enquanto movimento social promove o caráter emancipatório nas ações coletivas, variando de acordo com o processo de articulação do grupo e sua configuração, tendo em mente a assimilação de um projeto coletivo (PERUCCHI; PRADO, 2011). Compreende-se a experiência relatada no presente artigo como de **CADERNOS DE PSICOLOGIA – CESJF - jun.2019 v.1 n.1 p.384-408**

relevante potencial político por parte da juventude supracitada, sobretudo em meio a diversos marcadores, como as questões de raça, etnia, geração, classe e território, entre outras. Tal atuação desempenha um papel multiplicador e reivindicador de ideais feministas que perpassam seu cotidiano, apresentando-se como sujeitos com posicionamentos políticos emergentes de sua própria existência.

Os movimentos autônomos juvenis, como o feminismo periférico, expressam perspectivas que se opõem contra as lógicas que lhes destituem do controle e da participação social e política, além de resistirem contra todo e qualquer processo de subordinação e conformação, impulsionando as lutas sociais (CASTRO, 2011). A autora Giovanni (2003) traz um questionamento sobre os problemas e as dificuldades que perpassam a militância jovem feminista:

Como podemos encontrar a coragem de fazer política e ainda por cima nos meter a feministas, nós que crescemos em um mundo em que nos dizem que todas as batalhas, perdidas ou não, são coisa do passado e que ter autonomia é uma questão de encontrar o modelo de saída mais adequado para a próxima entrevista de trabalho? (GIOVANNI, 2003, p. 656).

A articulação das jovens em torno dos principais debates e questionamentos em pauta demonstra como as ações juvenis, dentro de coletividades, produzem processos de interação nos quais as identidades sociais e coletivas dos sujeitos presentes tornam-se tensionadas e reafirmadas (PERUCCHI; PRADO, 2011). Dessa forma, ao transcender o aspecto individual de cada sujeito, a partir de diferentes posicionamentos dentro de um grupo, constitui-se uma subjetividade coletiva que media, também, a produção dentro da mesma coletividade (PERUCCHI; PRADO, 2011).

É essa subjetividade coletiva, gerada por meio dos encontros do grupo **Estrelas em Ação**, que proporciona uma nova forma de existência, de posicionamento no mundo, de agir em sociedade perante o feminismo e que produz o efeito multiplicador das jovens em questão. É pela produção de novos modos de subjetivação da vida que as jovens meninas alteram suas formas de pensar e de se posicionar perante a sociedade, seja no espaço da escola, ao introduzir novos questionamentos ou em uma mudança na forma de se relacionar com a família, amigos e outras relações. Essa subjetividade, fruto do movimento feminista, constrói o protagonismo feminino e potencializa o caráter político da juventude.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de diversos coletivos feministas periféricos, iniciada a partir de 2010, estimula nos sujeitos uma nova forma de narrar e contar a própria história, rompe com o estigma de que os subalternos e a juventude não têm voz. Os espaços de sociabilidade, presentes em diversos pontos da cidade, como no caso da presente pesquisa (a Praça Céu), potencializam a identificação e expressão de mulheres com os discursos feministas. Essa presença das mulheres nos espaços de movimentos culturais periféricos permite uma ocupação feminina cada vez maior dos espaços, abrindo o movimento feminista, mesmo que em seu formato inicial, para meninas mais jovens ou menos articuladas (MEDEIROS; GOHN, 2015).

Desde seu início, o grupo efetuou o processo de compreender o que é o feminismo e seus temas transversais. Para além disso, o processo de cada jovem em se enxergar com potencial feminista, de discutir e lutar por seus direitos e sua emancipação na sociedade. As jovens em pauta são atravessadas pela interseccionalidade de diversos marcadores sociais, silenciadas pela estrutura vigente e muitas não reconheciam seus próprios direitos enquanto jovens mulheres cidadãs.

O grupo girou em torno de problemáticas que foram aos poucos sendo exploradas e esmiuçadas, trabalhando conceitos com o intuito de desconstruir e reconhecer violações de direitos e diversas formas de preconceitos. Além do processo de protagonismo e autonomia, foi desenvolvida com o grupo a relevância do senso crítico, que frente à conjuntura do país, torna-se essencial. Tendo o feminismo como base, deu-se a reflexão sobre o verdadeiro significado de palavras como luta, trabalho coletivo, empoderamento e potencialidades.

Foi notada a mudança de posicionamento das jovens meninas tanto em suas concepções, quanto na prática, ao produzirem efeito multiplicador das temáticas trabalhadas e seus posicionamentos em atividades no próprio território da Praça. A transformação girou em torno da reflexão crítica, independente de julgamentos ou imposições da sociedade, de suas escolhas, gostos, interesses e paixões.

Conclui-se que a juventude possui um potencial crítico e político transformador, principalmente em meio às pautas feministas e à luta contra as discriminações de gênero. É a partir dos movimentos sociais e dos espaços e redes de sociabilidade que

as jovens partilham suas vivências e são impulsionadas a transformarem-se para, posteriormente, buscarem a transformação também da realidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CASTRO, Lucia Rabello de. Os jovens podem falar?: sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. *In*: CASTRO, Lucia Rabello de. **Juventudes contemporâneas**: um mosaico de possibilidades. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011.

COSTA, Jussara; RIBEIRO, Jéssyka; SANTIAGO, Idalina. Um jeito diferente e “novo” de ser feminista: em cena, o riot grrrl. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 13, p. 222-240, jan./jun., 2012.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In*: VV.AA. **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

D’ALVA, Roberta Estrela. **Teatro hip-hop**: a performance poética do ator-MC. São Paulo: Perspectiva, 2014.

D’ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos**: cultura e política na periferia de São Paulo. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, maio/ago., 2007.

GIOVANNI, Julia Ruiz di. Jovens, feministas, em movimento: a marcha mundial das mulheres no III acampamento intercontinental da juventude. SOF – Sempre Viva Organização Feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 360, jul./dez. 2003.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HUTCHEON, Linda. A incredulidade a respeito das metanarrativas: articulando pós-modernismo e feminismos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1-2, jul./dez. 2002.

KOLLER, Sílvia Helena; NARVAZ, Martha Giudice. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

CADERNOS DE PSICOLOGIA – CESJF - jun.2019 v.1 n.1 p.384-408

LANE, Silvia. O processo grupal. *In: Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 78-99.

LOURENÇO, Mariane Lemos. Arte, cultura e política: o movimento *hip hop* e a constituição dos narradores urbanos. **Psicologia para América Latina**, México, n. 19, 2010.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. **Estudos de psicologia**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MEDEIROS, Jonas Marcondes Sarubi de; GOHN, Maria da Gloria. A emergência de um “feminismo periférico” na Zona Leste da cidade de São Paulo. *In: CONACSO Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos*, 1., 2015, Vitória. **Anais...**, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. A passagem interna da modernidade para a pós-modernidade. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 82-93, 2004.

NOGUEIRA, Conceição. A análise do discurso. *In: ALMEIDA, L.; FERNANDES, E. (ed.). Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação*. Braga: CEEP, 2001.

OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto; TRANCOSO, Alcimar Enéas Rocha. Juventudes: desafios contemporâneos conceituais. **ECOS: Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, Niteroi, v. 4, n. 2, 2014.

PERUCCHI, Juliana; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Hierarquias, sujeitos políticos e juventudes: os chamados “movimentos” juvenis circunscrevem um sujeito político na contemporaneidade? *In: Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011.

PONGE, Robert. 1968, dos movimentos sociais à cultura. **Organon**, Porto Alegre, n. 47, p. 39-55, jul./dez. 2009.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo?: feminismo e (pós) modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, Campinas, n. 3-4, 1995/1996.

RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. *In: LIMA, C. C.; SCHMIT, S. P. (org.). Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2004. p. 31-41.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 272, set./dez. 2006.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio/ago. 2004.

ZANETTI, Julia Paiva. Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais. **Cadernos Pagu**, n. 36, p. 47-75, jan./jun. 2011.